



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CEARÁ

Agora cuidando de você.

MENSAGEM Nº 034/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

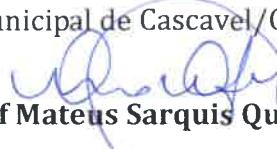
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUN. CASCABEL  
Recebido às 12:00 Hs.  
PROTOCOLO nº 233/2025  
Em 15/04/2025  
252+1  
Funcionário

Encaminhamos à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei para apreciação referente à **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026**, em cumprimento as determinações legais, de forma que, procuramos estabelecer todas as formalidades legais aplicáveis, que serão obedecidas e aplicadas quando na elaboração da **PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA** para o Exercício em tela, em restrita observância das normas constitucionais, ademais, todas as exigências da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Complementar 101/2000(LRF).

Isto posto, almejamos o apoio necessário de Vossa Exa. e insignes Pares, certo de que esse Projeto de Lei por sua relevância, oportunidade e legalidade, há de merecer o acolhimento de Vossa Excelência e dos demais nobres Senhores Vereadores, mercê do seu elevado espírito público, subscrevo-me, renovando a certeza de meu respeito e admiração.

Atenciosamente,

Paço da Prefeitura Municipal de Cascavel/CE, em 15/04/2025.

  
Ana Afif Mateus Sarquis Queiroz

Prefeita Municipal

A Sua Excelência

**Sebastião de Castro Uchôa**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Cascavel/CE

Av. Pref. Vitoriano Antunes, nº 2.459, Centro, Cascavel/CE, CEP: 62.850-000

  
Câmara Municipal de Cascavel  
Aprovado na Sessão Ordinária  
Cascavel 21/06/2025



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CEARÁ

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUN. CASCABEL  
Recebido Hoje às 12:00 Hs.  
PROTOCOLO nº 233/2025  
Em 15/04/2025  
Funcionário

Agora cuidando de você.



PROJETO DE LEI Nº 046/2025, DE 15 DE Abril DE 2025.

Câmara Municipal de Cascavel  
Aprovado na Sessão Ordinária  
Cascavel, 26/06/2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASCABEL/CE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cascavel/CE decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO - I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica desta Municipalidade, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2026:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. A organização e estrutura dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV. As disposições sobre as vinculações com Educação e Saúde;
- V. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI. As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VIII. As disposições finais.

**§ 1º** - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 2º** - O Poder executivo poderá prover adequações nas Unidades Gestoras e Orçamentárias, alterar denominações, incluir novas unidades e excluir as inadequadas, desde que as mudanças na estrutura organizacional e administrativa sejam aprovadas por lei específica.

**§ 3º** - O projeto de lei orçamentária anual será compatível com as metas fiscais das receitas, despesas, resultados primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, em conformidade com a portarias Nº 699 de 07 de julho de 2023 e 989 de 14 de junho de 2024 da Secretaria do Tesouro Nacional, compreendendo os seguintes demonstrativos.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;

CDQ



- II. Adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. Adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. Anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. Quadros demonstrativos dos Adendos, V, VI, VII, VIII e XI.

**§ 4º** - O anexo de metas fiscais poderá ser alterado sempre que se fizerem necessárias revisões, atualizações ou inclusões de novas metas, inclusive por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual. Todas as alterações devem ser submetidas à apreciação e deliberação do poder Legislativo Municipal.

## CAPÍTULO – II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMNISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para o exercício de 2026, serão as constantes do anexo de Metas e Prioridades, a ser elaborado por ocasião da elaboração do Plano Plurianual para o período de 2026-2029.

**§ 1º** - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2026, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas, deverão ser preenchidos de acordo com as metas estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional:

- a) Anexos de Riscos Fiscais – ARF - Tabela 1 - Demonstrativo dos riscos fiscais e providências;
- b) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 1 - Demonstrativo 01 – metas anuais;
- c) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 2 - Demonstrativo 02 – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- d) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 3 - Demonstrativo 03 – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- e) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 4 - Demonstrativo 04 – evolução do patrimônio líquido;
- f) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 5 - Demonstrativo 05 – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- g) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 6 - Demonstrativo 06 – avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- h) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 7 - Demonstrativo 07 – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i) Anexo de Metas Fiscais – AMF - Tabela 8 - Demonstrativo 08 – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

**§ 2º** - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no **SISTEMA**



**MONETÁRIO NACIONAL**, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.

**§ 3º** - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º** - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a despesas administrativas e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, inclusive investimentos como aquisição de bens, obras e serviços de engenharia.

### CAPÍTULO - III

#### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

**Art. 4º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto no Artigo 22, da Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. Texto de lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários;
- III. Anexos dos orçamentos, descriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. Do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. Das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;
- VI. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;



VII. Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

**§ 2º** - Acompanhará o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares o efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

**§ 3º** - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

#### CAPÍTULO - IV

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

**Art. 5º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** - Para efeito do disposto neste artigo, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretárias de Governo, as administrações dos Fundos Especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais encaminharão até o dia 25 de agosto de 2025, à Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

**Art. 7º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação.

**1º** - As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser identificadas por Projeto e Atividades, com indicação das Contas Orçamentárias de acordo com a ação a ser executada.

**§ 2º** - Os subprojetos e subatividades, se for o caso, serão agrupados em projetos e atividade, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

**§ 3º** - No projeto da Lei Orçamentária Anual, poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

**§ 4º** - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional-programática deverão observar genericamente os objetivos precípios dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

**§ 5º** - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.



Agora cuidando de você.

**§ 6º** - As fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, sendo utilizados na mesma destinação sem a necessidade de crédito adicional, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

**Art. 8º** - A Conta Orçamentária destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão;
- II. 00 = Código que identifica da Unidade Orçamentária;
- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números impares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

**Art. 9º** - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem, podendo ser colocado na mensagem de Lei.

**§ 2º** - Cada projeto de lei e decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os Artigos. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 10** - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á nas previsões de receitas:

**a)** – Nas previsões de receitas:

I – Observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.  
II – Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

III – Poderá ser aberta Operação de Crédito mediante autorização por Lei Específica e o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

IV – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

**b)** – Na programação da despesa não poderão ser:



Agora cuidando de você.

- I. Fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas, as unidades executoras;
- II. Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- III. Atenderá ao Princípio da Unidade de Tesouraria, todas as receitas orçamentárias estarão centralizadas.

**Parágrafo Único** - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

**Art. 11** - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

**Art. 12** - As dotações a título de subvenções sociais deverão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos;
- II. Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. Ter sede ou desenvolvam suas atividades no Município;
- V. Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

**§ 1º** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2026 e comprovante de regularização do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, cultura e desportos serão realizadas por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada a unidade de medida de desempenho e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos:

- a. Relatório consubstanciados das atividades;
- b. Balancete Financeiro;
- c. Recolhimento do saldo monetário que houver;
- d. Comprovação de desempenho.

**§ 3º** - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando à origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.



**§ 4º** - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do *caput*.

**Art. 15** – Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

**§ 1º** - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2026, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

I - Investimentos;

II - Pessoal e Encargos Sociais;

III - Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;

IV - Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

**§ 2º** - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

**§ 3º** - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingencia durante o exercício, está poderá ser anulada nos últimos 61 (sessenta e um) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.

**Art. 16** - À programação a cargo da Secretaria responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

I. Pagamento da dívida interna; e,

II. Pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal de acordo com as Funções de Governo;

**§ 1º** - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

**§ 2º** - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuadas as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização.

**§ 3º** - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

**§ 4º** - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.



**Art. 17** - O sistema de Controle Interno junto ao Setor Tributário gravará na conta DIVERSOS RESPONSÁVEIS e ao final do exercício financeiro como Dívida Ativa Não Tributária, em nome do respectivo responsável, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os artigos. 80 e seus §§, bem como os artigos. 81, 83, 84 do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.

**Parágrafo Único** – A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2026 e do pagamento da multa imposta.

**Art. 18** - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterá, dentre outros.

**§ 1º** – A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da desconcentração e/ou descentralização.

**§ 2º** – As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I. Ampliação da política de Assistência Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade, e, nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública;
- II. Combate à pobreza, com a execução de programas sociais de transferência de renda;
- III. Melhoria dos serviços prestados à população, com atenção especial às políticas de Educação, Assistência Social e Saúde.

**Art. 19** - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

**Art. 20** - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

**Art. 21** – Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**§ 1º** - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**§ 2º** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.



Agora cuidando de você.

**§ 3º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV – Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes:
  - a) A arrecadação de contribuições dos segurados;
  - b) Da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
  - c) Das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

## CAPÍTULO – V

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

**Art. 22** – A Lei Orçamentária Anual consignará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da Receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências constitucionais relativas a participação dos municípios na arrecadação da União e dos Estados, visando à manutenção e o desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 212, da Constituição federal e do Art. 216 da Constituição Estadual.

**Art. 23** – Os Recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), na forma da Lei Federal nº 14.113/2020, serão identificados por código próprio, relacionado a sua origem e a sua aplicação.:

**Art. 24** – A Lei Orçamentária Anual consignará no mínimo de 15% (quinze por cento) da Receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências constitucionais relativas a participação dos municípios na arrecadação da União e dos Estados, para aplicação em ações de saúde pública, na forma da Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000.

**Art. 25** – Para fins do disposto no *caput* do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

**Art. 26** – O aumento, reajuste Salarial e a concessão de vantagens dos Servidores e Cargos Públicos, de acordo com o piso salarial e Legislação de cada profissão, por cargos ou de forma geral, será autorizado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras por Lei



Municipal Específica, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I – As exigências dos artigos. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;

II – O limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

**Parágrafo Único** – Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

**Art. 27** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre ou Semestre de acordo com as regras estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

I – Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 28** - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

**Parágrafo Único** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

**Art. 29** A Contratação através de Concurso Público poderá ocorrer conforme previsão no § 1º, do art. 169, da Constituição Federal, efeito do disposto nos incisos I, II, e X, do art. 37 e inciso II, bem como na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido que a contratação de cargos ou empregos de provimento efetivo ou em comissão somente ocorrerá se:

I - Existirem cargos ou empregos vagos a preencher;

II - Prévia dotação orçamentária e financeira para atender a despesa, podendo ser suplementada até ao limite de suplementação de acordo com as normas estabelecidas pelo Art. 165 § 8º da Constituição Federal e Art. 43 da lei 4.320/64;

III - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

## CAPÍTULO - VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO



Agora cuidando de você.

**Art. 30** – Será objeto de projetos de Lei no que couber as adequações do sistema tributário destinadas a expandir a base de tributação, aumentar as receitas próprias e corrigir distorções existentes, obedecendo sempre os princípios norteadores constitucionais e tributários.

**Art. 31** – As medidas previstas no artigo anterior levarão conta:

- I – Os efeitos socioeconômicos da proposta;
- II – A capacidade Econômica do contribuinte;
- III – A Capacidade do tesouro municipal de suportar o impacto financeiro da proposta;
- IV – A modernização do relacionamento tributário entre os sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária;
- V – A Localização;
- VI – A geração de emprego;
- VII – A distribuição de renda.

**Art. 32** - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição ou na diminuição de Despesas Públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral ou específico, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica as alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

**Art. 33** - A Prescrição de crédito de Dívida Ativa poderá ocorrer desde que os respectivos custos de cobrança, considerando o valor do Processo para Administração Pública em geral, exceder o valor da dívida, mediante apresentação de estimativa de custos no âmbito judicial, administrativo ou quando lei dispuser deste montante.

**Art. 34** – Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente ou na diminuição de despesas públicas.

**Parágrafo Único** – A lei mencionada no *caput* deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.



**Art. 35** - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, sem prévia autorização legislativa:

- I. Conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. Deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- III. Aumentar o número de parcelas;
- IV. Proceder ao encontro de contas;
- V. Efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** – os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e cobrados, observado o seguinte:

- I. O valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. Os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

## CAPÍTULO – VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 36** – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – A disponibilidade da conta Bancos constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II – A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar O resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III – As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;

IV – As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V – As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto à terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

**Art. 37** - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2025), apresentando-se a receita nos três últimos exercícios financeiros.

**§ 1º** - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofre anulações parciais e/ou totais;



**§ 2º** - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 2026, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de Julho a Dezembro de 2025, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

**§ 3º** - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

**§ 4º** - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC Nº. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.

**Art. 38** - O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2025, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de junho de 2025, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2026, conforme o resultado apurado de Dezembro/2025, mediante Crédito Suplementar.

**§ 1º** - A transferência de recursos referentes aos Duodécimos à Câmara Municipal, obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

**§ 2º** - Durante a execução orçamentária no exercício de 2026, caso haja a quitação de despesas específicas do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, as mesmas poderão ser deduzidas da parcela duodecimal a ser repassada no mês que ocorrer referido pagamento.

**Art. 39** - A partir do 10º dia do início do exercício de 2026, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2026, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

**Art. 40** - Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando à abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários,



Agora cuidando de você.

restringindo o Município como partícipe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

**Art. 41** - A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

**Art. 42** - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 43** - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 44** - Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2025 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Poder Executivo e do Poder Legislativo no âmbito de suas dotações, no início de exercício financeiro de 2026, utilizando-se, a cada mês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei em tramitação no Poder Legislativo.

**§ 1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.

**§ 2º** - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por Decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

**§ 3º** - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser abertos de acordo com a necessidade, as dotações para atendimento de despesas com:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Pagamento de serviços de dívida;
- III. Água, energia elétrica e telefone;
- IV. Combustíveis e peças;
- V. Os subprojetos e subatividades em execução em 2025, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. O Sistema Municipal de Educação;
- VII. Pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. Manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

**§ 4º** - Aplica-se o previsto no Art. 48 considerando como limite as cotas mensais abertas até o mês corrente, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária que tramita no Poder Legislativo.

**Art. 45** - Ficam autorizadas as despesas a serem incluídas no Orçamento para o exercício de 2026, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:



I – Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;

II – Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;

III – Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;

IV – Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;

V – Suprimento de Fundos.

VI – Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços a População do Município, de obrigações dos demais entes, com contrapartida Municipal, somente quando, for a favor da População do Município.

VII – Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

**§ 1º** - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Edilidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

**§ 2º** - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento do Órgão de Assistência Social.

**Art. 46** – A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 47** – Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade a serem limitadas, são:

a) – **Primeiras despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a remuneração de serviços pessoais;

b) – **Segundas despesas limitadas**, Despesas referentes a obras e instalações;

c) – **Terceiras despesas limitadas**, Despesas referentes a aquisição de material permanente;

d) – **Quartas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos, como combustíveis, peças, insumos e outros bens necessários ao funcionamento do Município;

e) – **Qintas despesas limitadas**, Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;

**Art. 48** – Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa



será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder.

**§ 1º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 49** - Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

**Art. 50** - Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

**Parágrafo Único** - Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

**Art. 51** - Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 14.133/2021 e a Lei Complementar 101/2000;

**Art. 52** - Ficará o Chefe do Poder Legislativo e Executivo, no âmbito de suas respectivas dotações orçamentárias, autorizados a efetuar Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento 2026 nos seguintes Limites:

**§ 1º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

**§ 2º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor efetivamente arrecadado.

**§ 3º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da lei 4.320/64 até o limite de 80% (oitenta por cento) em função do valor total da Lei Orçamentária sancionada para o ano de 2026.

**§ 4º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao total contratualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

**§ 5º** - Os Créditos Adicionais somente serão utilizados para transferir de uma categoria econômica para outra, considerando como limite a modalidade de aplicação, as demais autorizações deverão ocorrer mediante alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa.

**§ 6º** - A movimentação Fonte de Recurso dentro do mesmo elemento de despesa, mesma conta orçamentaria, mesmo órgão, será feita mediante documento que demonstre essa movimentação e não entrará para o limite de Credito Adicional previsto nos incisos anteriores.

**Art. 53** - Consistem vantagens especiais da Educação Básica o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos Profissionais da Educação Básica, oriundo do saldo dos 70% (setenta por cento) dos



recursos do **FUNDEB** de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o pagamento do **ABONO ESPECIAL** caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período, desde que o valor da folha de pagamento e dos encargos não aplique percentual previsto em Lei;

**Art. 54** - O Poder Executivo publicará, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto na LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da segurança social.

**Art. 55** - Conterá do Sistema de **CONTABILIDADE**, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

**§ 1º** - Os relatórios constantes no *caput* desta lei serão estipulados de acordo com as Normas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**§ 3º** - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

**§ 4º** - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

**§ 5º** - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o *caput* deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 56** - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativos da especificação dos programas de trabalhos;
- II. Quadros demonstrativo das naturezas de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. Quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 57** - O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

**Art. 58** - Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Convênio.

**Art. 59** - As ações vinculadas a Criança e ao Adolescente deverão ser vinculadas sobre as privações que afetam crianças e adolescentes e os desafios atuais, que incluem o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza extrema, priorizando a alfabetização e as persistentes desigualdades raciais, combatendo a condição de pobreza e o acesso a direitos básicos, como educação, saneamento, água, alimentação, esporte, lazer, cultura, proteção contra o trabalho infantil, moradia e informação.



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CEARÁ



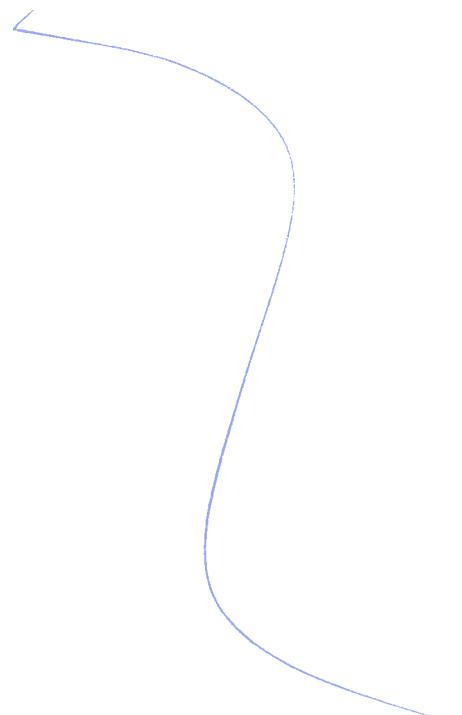
**Art. 60** - Aplicam-se a esta Lei as demais disposições contidas na Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº. 101/2000, no que concerne à esfera municipal.

**Art. 61** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 62** - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Cascavel/CE, em 15/04/2025.

  
**Ana Afif Mateus Sarquis Queiroz**  
Prefeita Municipal





Agora cuidando de você.

#### ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

CASCABEL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2026

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	500.000,00	Redução da despesa corrente/capital	500.000,00	
Dívidas em Processo de Reconhecimento				
Avalias e Garantias Concedidas				
Assunção de Passivos				
Assistências Diversas				
Outros Passivos Contingentes	150.000,00	Redução da despesa corrente	150.000,00	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>650.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>650.000,00</b>	

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.400.000,00	Redução da despesa corrente/capital	1.400.000,00
Restituição de Tributos a Maior	250.000,00	Redução da despesa corrente	250.000,00
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	1.050.000,00	Redução da despesa corrente/capital	1.050.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.700.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.350.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.350.000,00</b>

FONTE: Portal da Transparência do Município ( RREO, RGF exercícios 2022,2023, 2024 e 2025), Site TCE-CE (PCG exercícios 2022, 2023 e 2024) Data da emissão 31/03/2025> e hora de emissão 10:30hr



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARA

Agora cuidando de você.



AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS  
CASCABEL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF art. 4º, § 1º)

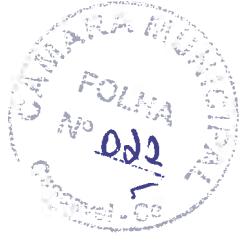
ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00											
	2026			2027			2028					
	Valor Corrente (a)	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	Valor Corrente (d)	% PIB (d / PIB) x 100	% RCL (d / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPSS)	373.655.028,74	357.633.067,32	0,12	105,76	398.287.763,71	367.467.976,58	0,12	105,76	426.359.474,09	361.878.335,71	0,12	105,76
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPSS) (I)	369.886.489,67	354.026.119,52	0,12	104,69	395.280.702,86	363.761.837,81	0,12	104,69	422.059.378,52	358.228.571,79	0,12	104,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	350.829.974,17	335.786.728,73	0,12	99,30	374.886.910,40	345.020.863,77	0,12	99,30	400.314.920,93	339.772.671,07	0,12	99,30
Transferências Correntes	25.418.156,57	24.328.250,93	0,01	7,19	27.161.842,12	24.987.277,83	0,01	7,19	29.003.415,01	24.617.038,42	0,01	7,19
Demais Receitas Primárias Correntes	314.883.784,18	301.381.876,13	0,11	88,12	336.484.811,78	309.689.877,73	0,10	88,12	359.298.482,02	304.959.417,11	0,10	88,12
Receitas Primárias de Capital	10.528.033,42	10.076.601,66	0,00	2,98	11.250.286,51	10.353.708,21	0,00	2,98	12.013.023,90	10.196.215,54	0,00	2,98
Despesa Total (EXCETO FONTES RPSS)	373.655.028,74	357.633.067,32	0,12	105,76	398.287.763,71	367.467.976,68	0,12	105,76	426.359.474,09	361.878.335,71	0,12	105,76
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPSS) (II)	369.204.059,69	353.372.951,46	0,12	104,50	394.531.458,18	363.090.707,53	0,12	104,50	421.280.691,05	357.567.650,32	0,12	104,50
Despesas Primárias Correntes	318.914.945,13	305.240.184,55	0,11	90,26	340.792.510,36	313.634.289,93	0,11	90,26	383.888.242,57	308.863.525,71	0,11	90,26
Pessoal e Encargos Sociais	178.321.974,76	170.675.703,26	0,05	50,47	180.554.862,23	175.368.285,10	0,06	50,47	203.474.487,89	172.701.702,07	0,06	50,47
Outras Despesas Correntes	140.592.970,36	134.564.481,59	0,05	39,79	150.237.549,13	138.265.004,83	0,05	39,79	180.423.780,67	156.161.823,65	0,05	39,79
Despesas Primárias de Capital	39.562.114,56	37.865.728,86	0,01	11,20	42.276.075,62	38.907.037,43	0,01	11,20	45.142.393,54	38.315.213,43	0,01	11,20
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	10.727.000,00	10.267.036,75	0,00	3,04	11.462.872,20	10.549.380,26	0,00	3,04	12.240.054,94	10.398.911,18	0,00	3,04
Receita Total (COM FONTES RPSS)	29.758.414,32	28.482.402,58	0,01	8,42	31.798.841,54	29.285.668,75	0,01	8,42	33.955.870,80	28.820.501,85	0,01	8,42
Receitas Primárias (COM FONTES RPSS) (III)	27.816.827,32	26.624.069,03	0,01	7,87	29.725.061,57	27.356.250,93	0,01	7,87	31.740.420,86	26.940.108,93	0,01	7,87
Despesa Total (COM FONTES RPSS)	29.758.414,32	28.482.402,68	0,01	8,42	31.798.841,54	29.285.668,75	0,01	8,42	33.955.870,80	28.820.501,85	0,01	8,42
Despesas Primárias (COM FONTES RPSS) (IV)	26.540.314,32	25.402.291,65	0,01	7,51	28.360.979,88	26.100.854,67	0,01	7,51	30.283.854,32	25.703.828,50	0,01	7,51
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPSS) (V)	1.958.942,99	1.874.945,43	0,00	0,19	729.244,68	671.130,18	0,00	0,19	778.887,47	660.921,46	0,00	0,19
Resultado Primário (SEM RPSS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	2.918.115,49	2.792.989,55	0,00	0,83	3.118.289,21	2.869.796,77	0,00	0,83	3.255.254,01	1.897.201,89	0,00	0,55
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPSS)	628.073,73	601.142,55	0,00	0,18	671.159,59	617.673,97	0,00	0,18	190.766.282,05	161.915.447,28	0,06	47,32
Dívida Pública Consolidada (DC)	65.682.439,00	62.866.040,39	0,02	18,59	68.309.736,56	62.866.040,39	0,02	18,59	150.283.152,75	127.554.846,34	0,04	37,28
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	65.682.439,00	62.866.040,39	0,02	18,59	68.309.736,56	62.866.040,39	0,02	18,59	70.891.844,00	60.170.406,19	0,02	17,58
Resultado Nominal (SEM RPSS) - Abaixo da Linha	31.610.457,08	30.255.031,66	0,01	8,95	-2.627.297,56	-2.417.924,63	0,00	-0,70	-2.582.108,04	-2.191.598,92	0,00	-0,64

FONTE: Portal da Transparéncia do Município (RREO, RGF, exercícios 2022, 2023, 2024 e 2025); Sua TCE-CE (PCG, exercícios 2022, 2023 e 2024). Data da emissão 31/03/2025; e hora de emissão 10:30h



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARÁ

Agora cuidando de você.



Parâmetros	2026	2027	2028	R\$ 1,00
PIB nominal	299.648.931.379,30	320.547.646.449,42	342.644.277.909,77	
Receita Corrente Líquida - RCL	353.311.273,24	377.548.426,58	403.146.209,91	

Variáveis

	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de inflação (IPCA) (%)	4,83	5,66	4,48	4,00	3,78
Taxa de crescimento em volume - PIB Brasil (%)	3,40	1,99	1,60	2,00	2,00
Taxa de crescimento em volume - PIB Ceará (%)	6,49	2,51	2,79	2,86	3,00
PIB Ceará (R\$)	257.603.561.681,04	279.315.739.746,32	299.648.931.379,30	320.547.646.449,42	342.644.277.909,77
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	6,19	5,98	6,00	5,90	5,90
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (% a.a.)	12,25	15,00	12,50	10,50	10,00

Os valores do PIB em 2024 são estimativas, enquanto para o período 2025-2028 são previsões, ambas realizadas pelo IPCEC, para o caso do Ceará, e pelo Focus/BCB, para o caso do Brasil. Todas as previsões são passíveis de alterações até a divulgação dos dados definitivos.

Fonte: Relatório Focus/BCB (08/03/2024), IBGE e IPCEC



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARA

Agora cuidando de você.



AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(CASCABEL)  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024	% PIB	% RCL	Variação	
							(c) = (b-a)	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)								
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	326.151.158,97	0,001386	1,038001	391.700.288,76	0,001521	1,113791	65.549.129,79	20,097776
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	324.023.903,37	0,001377	1,031231	353.165.187,84	0,001371	1,004217	29.141.284,47	8,993560
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	332.650.805,87	0,001414	1,058687	391.690.988,76	0,001521	1,113764	59.040.182,89	17,748395
Receita Total (COM FONTES RPPS)	324.191.184,30	0,001378	1,031763	360.235.217,89	0,001388	1,024220	36.044.033,59	11,118141
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,000000	0,000000	21.198.373,29	0,000082	0,060277	21.198.373,29	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	326.151.158,97	0,001386	1,038001	21.198.373,29	0,000082	0,060277	21.198.373,29	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,000000	0,000000	29.055.785,72	0,000113	0,082619	29.055.785,72	0,000000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-167.280,93	-0,000001	-0,000532	-7.070.030,05	-0,00027	-0,020103	-6.902.749,12	4.126.441143
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V) = (V) + (III - IV)	0,00	0,000000	0,000000	-14.927.442,48	-0,00058	-0,042446	-14.927.442,48	
Divida Pública Consolidada (DC)	46.914.115,30	0,000199	0,149308	59.498.429,29	0,000231	0,169182	12.584.313,99	26.824153
Divida Consolidada Líquida (DCL)	38.217.686,52	0,000162	0,121631	94.981.181,76	0,00369	0,270077	56.763.495,24	148.526770
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-3.474.335,14	-0,000015	-0,011057	-27.112.627,86	-0,000105	-0,077094	-23.638.292,72	680.368812

FONTE: Portal da Transparéncia do Município (RREO, RGF exercícios 2022, 2023, 2024 e 2025), Site TCE-CE (PCG exercícios 2022, 2023 e 2024). Data da emissão 31/03/2025 e hora de emissão 10:30h

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03 06 00 - Anexo 6 da Parte III do MDF 14ª Edição. Ocorre que nas edições anteriores não havia a previsão dos

valores "COM RPPS". Portanto, não foram apresentados na LDO 2024.

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB nominal	235.258.962.294,25	267.603.561.681,04
Receita Corrente Líquida - RCL	314.210.658,52	351.682.141,57



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARA

Agora cubando de você.



AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

CASCABEL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	VALORES A PREÇOS CORRENTES					R\$ 1,00		
				2025	%	2026	%	2027			
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	246.182.617,64	391.700.288,76	59,11%	348.331.340,30	-11,07%	373.655.028,74	7,27%	399.287.763,71	6,86%	426.359.474,09	6,78%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	237.165.600,38	353.165.187,84	48,91%	344.818.206,09	-2,36%	369.888.489,67	7,27%	395.260.702,86	6,86%	422.059.378,52	6,78%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	248.004.496,08	381.690.988,76	57,94%	348.331.340,30	-1,07%	373.655.028,74	7,27%	399.287.763,71	6,86%	426.359.474,09	6,78%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	221.573.024,46	360.235.217,89	62,58%	346.046.480,55	-3,94%	369.204.059,69	6,69%	394.531.458,18	6,86%	421.280.691,05	6,78%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	13.550.738,45	21.198.373,29	56,44%	27.741.600,00	30,87%	29.758.414,32	7,27%	31.799.841,54	6,86%	33.955.870,80	6,78%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	12.477.960,68	21.198.373,29	69,95%	25.931.600,00	22,35%	27.816.827,32	7,27%	29.725.061,67	6,86%	31.740.420,06	6,78%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	15.232.273,28	21.198.373,29	39,17%	27.741.600,00	30,87%	29.758.414,32	7,27%	31.799.841,54	6,86%	33.955.870,80	6,78%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	13.808.277,58	29.055.785,72	110,42%	24.741.600,00	-14,85%	26.540.314,32	7,27%	28.360.979,88	6,86%	30.283.854,32	6,77%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	15.592.575,92	-7.070.030,05	-145,34%	585.507,35	-108,28%	682.429,99	16,55%	729.244,68	6,86%	778.687,47	6,78%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	14.257.259,02	-14.927.442,48	-204,70%	62.866.040,39	-52,14%	1.958.942,99	96,88%	2.093.326,48	6,86%	2.235.254,01	6,78%
Dívida Pública Consolidada (DPC)	60.649.195,73	59.498.429,29	-1,90%	62.866.040,39	5,66%	65.682.439,00	4,48%	68.309.736,56	4,00%	70.891.844,60	3,78%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	52.743.351,40	94.981.181,76	80,08%	97.292.896,08	2,43%	65.682.439,00	-32,49%	68.309.736,56	4,00%	70.891.844,60	3,78%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	15.917.870,72	-27.112.627,86	-270,33%	-2.311.714,32	-9,47%	31.610.457,08	-1467,40%	-2.627.297,56	-108,31%	-2.582.198,04	-1,72%

SG



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARÁ

Agora cuidando de você.



ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES				
	2023	2024	%	2025	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	168.734.239,27	323.959.906,13	91,99%	315.535.901,78	-2,60%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	162.553.950,03	292.089.111,59	79,69%	357.633.067,32	6,94%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	169.982.958,73	323.952.294,46	90,58%	312.353.529,59	-2,60%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	151.866.755,92	297.936.456,88	96,18%	315.535.901,78	5,21%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	9.287.713,13	17.532.345,30	88,77%	25.129.724,95	43,33%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	8.549.001,30	17.532.345,30	105,08%	23.490.136,67	33,98%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	10.440.241,69	17.532.345,30	67,93%	25.129.724,95	43,33%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	9.464.231,15	24.030.903,75	153,91%	22.412.175,32	-6,74%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	10.687.194,11	-5.847.345,29	-154,71%	-1.112.632,27	-80,97%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	9.771.964,26	-12.345.903,74	-226,34%	-34.670,91	-99,72%
Divida Pública Consolidada (DC)	41.589.124,34	49.208.823,38	18,38%	56.947.194,96	15,73%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	36.150.437,05	78.555.219,92	117,30%	88.132.757,95	12,19%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	10.910.157,05	-22.423.793,90	-305,55%	-2.094.066,13	-90,66%
FONTE: Portal da Transparência do Município (PREO). RGF exercícios 2022/2023, 2024 e 2025, Site TCE-CE (PGG exercícios 2022, 2023 e 2024) Data da emissão: 31/03/2025 e hora de emissão: 10:30h					

Variáveis	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de inflação (IPCA) (%)	4,83	5,66	4,48	4,00	3,78
Taxa de crescimento em volume - PIB Brasil (%)	3,40	1,99	1,60	2,00	2,00
Taxa de crescimento em volume - PIB Ceará (%)	6,49	2,51	2,79	2,86	3,00
PIB Ceará (R\$)	257.603.561.681,04	279.015.739.46,32	299.648.931.379,30	320.547.646.449,42	342.644.277.909,77
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	6,19	5,98	6,00	5,90	5,90
Taxa de Juros SELIC - Fim do período (Reais)	12,25	15,00	12,50	10,50	10,00

*(Assinatura)*

Fonte: Relatório Focus/BCB (14/03/2025), IBGE e IPCE.

OBS.: Para o ano de 2024, a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$/US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB); Os valores do PIB em 2024 são estimativas, enquanto para o período 2025-2028 são previsões, ambas realizadas pelo IPCE, para o caso do Brasil. Todas as previsões são passíveis de alterações até a divulgação dos dados definitivos.



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARÁ

Agora cuidando de você.



#### AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CASCABEL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%	R\$ 1,00
Patrimônio/Capital							
Reservas							
Resultado Acumulado	-140.715.964,30	100,00%	127.992.148,85	100,00%	112.536.577,50	100,00%	
<b>TOTAL</b>	<b>-140.715.964,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>127.992.148,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>112.536.577,50</b>	<b>100,00%</b>	

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-263.865.992,87	100,00%	-224.026.007,85	100,00%	-170.343.523,89	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>-263.865.992,87</b>	<b>100,00%</b>	<b>-224.026.007,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>-170.343.523,89</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Portal da Transparéncia do Município ( RREO, RGF exercícios 2022,2023, 2024 e 2025), Site TCE-CE (PCG exercícios 2022, 2023 e 2024) Data da emissão 31/03/2025> e hora de emissão 10:30hr



Agora cuidando de você.

**AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

CASCABEL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)	R\$ 1,00
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis				0,00
Alienação de Bens Imóveis				0,00
Alienação de Bens Intangíveis				
Rendimentos de Aplicações Financeiras				

**DESPESAS EXECUTADAS**

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESSAS CORRENTES DOS RÉGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia - IIa) + IIIh)	2023 (h) = ((Ib - IIb) + IIIi)	2022 (i) = ((Ic - IIc) + IIIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Portal da Transparéncia do Município ( RREO, RGF exercícios 2022/2023, 2024 e 2025), Site TCE-CE (PCG exercícios 2022, 2023 e 2024) Data da emissão 31/03/2025 > e hora de emissão 10:30hr

Nota :



**Cascavel**

PREFEITURA DE

Ceará

Agora cuidando de você.



AMFI Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

CASCABEL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

R\$ 1,00

	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados	16.460.147,17	32.558.677,72	21.198.373,29
Ativo	5.210.263,47	7.826.005,27	7.909.588,27
Inativo	4.988.271,41	7.370.261,65	7.151.788,79
Pensionista	221.992,06	455.640,06	757.799,48
Receita de Contribuições Patronais	0,00	103,56	0,00
Ativo	8.309.343,10	10.116.230,13	11.132.145,70
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	2.059.473,14	5.109.673,19	586.071,55
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	2.059.473,14	5.109.673,19	586.071,55
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	881.067,46	9.506.769,13	1.570.567,77
Compensação Financeira entre os Regimes	789.731,34	9.506.269,13	1.570.567,77
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	91.336,12	500,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>16.460.147,17</b>	<b>32.558.677,72</b>	<b>21.198.373,29</b>

*R*



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARA

Agora cuidando de você.



**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)**

	2022	2023	2024
Benefícios	15.881.579,91	19.697.430,12	24.246.760,60
Aposentadorias	14.585.655,75	18.317.480,62	22.691.877,55
Pensões por Morte	1.295.924,16	1.379.949,50	1.554.883,05
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>15.881.579,91</b>	<b>19.697.430,12</b>	<b>24.246.760,60</b>

**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)**

	2022	2023	2024
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>578.567,26</b>	<b>12.861.247,60</b>	<b>-3.048.387,31</b>
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS**

	2022	2023	2024
<b>VALOR</b>	<b>4.479.213,63</b>	<b>4.180.742,20</b>	<b>4.179.742,20</b>

**APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS**

	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Preditórios	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

**BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)**

	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.032.085,06	7.018.977,32	34.109.501,79
Investimentos e Aplicações			24.065.960,93
Outro Bens e Direitos		15.635.759,62	

*(Assinatura)*



**Cascavel**  
PREFEITURA DE  
CEARA

Agora cubando de você.

	FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
	2022	2023	2024
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>			
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>			
	2022	2023	2024
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)</b>	0,00	0,00	0,00

*(Handwritten signature)*



**Cascavel**

Agora cuidando de você.



**APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS**

	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

**BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)**

	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	-2.092.903,12
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

**ADMINISTRAÇÃO DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS**

	2022	2023	2024
Receitas Correntes	32.683,85	145.740,17	-1.654,86
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>32.683,85</b>	<b>145.740,17</b>	<b>-1.654,86</b>

**DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS**

	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	733.223,22	796.616,98	1.037.558,00
Pessoal e Encargos Sociais	328.170,42	336.787,79	328.294,63
Demais Despesas Correntes	405.052,80	459.829,19	709.263,37
Despesas de Capital (XIV)	15.025,90	13.151,70	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>748.249,12</b>	<b>809.768,68</b>	<b>1.037.558,00</b>

**RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)<sup>2</sup>**

	2022	2023	2024
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>	<b>20.845.959,03</b>	<b>32.094.063,26</b>	<b>2.622.528,68</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

*(Signature)*

Agora cuidando de você.



**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)**

Aposentadorias	2022	2023	2024
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)**

0,00

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
EXERCÍCIO		Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário
(a)	(b)	(c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício
			(d) = (d Exercício Anterior)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior)

FONTE: Portal da Transparência do Município ( RREO, RGf exercícios 2022/2023, 2024 e 2025), Site TCE-CE (PCG exercícios 2022/2023 e 2024). Data da NOTA:

- Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
- O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a cotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquida (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).



**Cascavel**

Agora cuidando de você.

**AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**CASCABEL**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU	ISENÇÃO	Conforme Código Tributário Municipal	25.000,00	26.715,00	28.526,28	Aumento da receita corrente.
IPTU	REMISSÃO	Refis				
<b>TOTAL</b>			<b>25.000,00</b>	<b>26.715,00</b>	<b>28.526,28</b>	<b>R\$ 1,00</b>



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2026

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Recursos Garantidores
2024	25.291.676,00	-28.892.092,91	-3.600.416,91	35.512.623,69
2025	25.682.997,12	-30.878.099,34	-5.195.102,22	30.317.521,47
2026	25.394.472,51	-33.267.719,67	-7.873.247,16	22.444.274,31
2027	24.804.238,89	-35.580.059,11	-10.775.820,22	11.668.454,08
2028	23.963.032,56	-37.685.311,72	-13.722.279,16	0,00
2029	22.733.164,19	-39.284.969,87	-16.551.805,68	0,00
2030	23.272.886,89	-40.733.497,81	-17.460.610,92	0,00
2031	23.888.265,96	-41.565.912,42	-17.677.646,46	0,00
2032	24.444.317,06	-42.596.027,23	-18.151.710,17	0,00
2033	24.840.128,55	-44.412.913,01	-19.572.784,45	0,00
2034	25.399.116,20	-44.837.135,23	-19.438.019,04	0,00
2035	26.023.514,27	-45.259.579,77	-19.236.065,50	0,00
2036	26.733.845,90	-45.367.813,70	-18.633.967,81	0,00
2037	27.355.817,07	-45.944.578,15	-18.588.761,07	0,00
2038	28.048.588,28	-46.063.304,21	-18.014.715,93	0,00
2039	28.670.581,81	-46.548.111,83	-17.877.530,02	0,00
2040	29.321.851,45	-46.808.677,04	-17.486.825,59	0,00
2041	30.013.511,42	-46.880.518,61	-16.867.007,19	0,00
2042	30.767.129,00	-46.617.734,84	-15.850.605,84	0,00
2043	31.578.054,49	-46.087.305,86	-14.509.251,38	0,00
2044	32.359.602,14	-45.688.669,73	-13.329.067,59	0,00
2045	33.069.284,61	-45.579.026,18	-12.509.741,57	0,00
2046	33.831.462,96	-45.211.354,41	-11.379.891,45	0,00
2047	34.653.751,49	-44.562.521,15	-9.908.769,65	0,00
2048	35.478.906,75	-43.899.192,00	-8.420.285,24	0,00
2049	5.949.889,19	-43.295.901,32	-37.346.012,13	0,00
2050	5.661.583,26	-42.211.767,25	-36.550.183,99	0,00
2051	5.351.280,16	-41.132.357,73	-35.781.077,57	0,00
2052	5.096.609,96	-39.789.305,95	-34.692.695,99	0,00
2053	4.840.736,18	-38.335.814,87	-33.495.078,69	0,00
2054	4.598.358,06	-36.814.146,32	-32.215.788,26	0,00
2055	4.334.528,07	-35.314.877,19	-30.980.349,13	0,00
2056	4.055.694,38	-33.860.315,65	-29.804.621,27	0,00
2057	3.747.354,22	-32.509.535,72	-28.762.181,50	0,00
2058	3.443.263,23	-31.145.379,06	-27.702.115,83	0,00
2059	3.200.453,98	-29.496.683,65	-26.296.229,67	0,00
2060	2.965.584,13	-27.854.751,73	-24.889.167,60	0,00
2061	2.748.648,09	-26.157.384,35	-23.408.736,26	0,00



2062	2.503.993,98	-24.633.865,96	-22.129.871,98	0,00
2063	2.295.030,47	-22.998.316,51	-20.703.286,04	0,00
2064	2.090.289,34	-21.414.581,70	-19.324.292,36	0,00
2065	1.905.849,36	-19.828.997,22	-17.923.147,86	0,00
2066	1.737.122,42	-18.278.551,80	-16.541.429,38	0,00
2067	1.577.434,04	-16.802.291,54	-15.224.857,51	0,00
2068	1.427.371,88	-15.404.469,80	-13.977.097,92	0,00
2069	1.287.317,80	-14.087.237,07	-12.799.919,27	0,00
2070	1.157.160,01	-12.849.411,61	-11.692.251,60	0,00
2071	1.036.760,03	-11.690.653,19	-10.653.893,16	0,00
2072	925.815,44	-10.608.360,71	-9.682.545,27	0,00
2073	823.918,12	-9.599.432,93	-8.775.514,81	0,00
2074	730.625,38	-8.659.918,08	-7.929.292,70	0,00
2075	645.596,93	-7.787.767,02	-7.142.170,10	0,00
2076	568.432,71	-6.979.588,97	-6.411.156,26	0,00
2077	498.706,65	-6.232.541,78	-5.733.835,14	0,00
2078	436.184,42	-5.545.888,09	-5.109.703,66	0,00
2079	380.390,71	-4.916.269,63	-4.535.878,92	0,00
2080	330.906,68	-4.341.888,67	-4.010.982,00	0,00
2081	287.245,60	-3.820.762,56	-3.533.516,96	0,00
2082	248.788,82	-3.348.514,39	-3.099.725,57	0,00
2083	214.865,80	-2.921.108,15	-2.706.242,34	0,00
2084	184.915,72	-2.535.326,99	-2.350.411,27	0,00
2085	158.392,58	-2.188.131,37	-2.029.738,80	0,00
2086	134.865,85	-1.876.310,30	-1.741.444,45	0,00
2087	113.999,90	-1.598.883,46	-1.484.883,55	0,00
2088	95.516,85	-1.351.674,14	-1.256.157,28	0,00
2089	79.185,90	-1.132.417,71	-1.053.231,81	0,00
2090	64.954,75	-940.331,88	-875.377,13	0,00
2091	52.624,30	-773.208,31	-720.584,01	0,00
2092	42.043,28	-628.500,51	-586.457,23	0,00
2093	33.095,11	-504.998,74	-471.903,62	0,00
2094	25.640,67	-401.341,74	-375.701,07	0,00
2095	19.496,63	-314.767,03	-295.270,40	0,00
2096	14.542,48	-243.768,65	-229.226,17	0,00
2097	10.596,75	-186.141,66	-175.544,92	0,00
2098	7.536,10	-140.621,17	-133.085,07	0,00



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2026**

Criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a despesa obrigatória de caráter continuado, pode ser conceituada como despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Normativo que fixe para o Ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois anos. Da mesma forma será considerado aumento de despesa, a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

As despesas obrigatórias de caráter continuado terão a sua expansão, em 2026, limitada ao crescimento da arrecadação municipal, direcionadas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à coletividade e para a ampliação do patrimônio do município, pertinente aos convênios já firmados e os a serem realizados.

Não ocorrerá, portanto, necessidade de compensação da expansão, já que as despesas estão sobre rígido controle para a consecução da meta de resultado primário estabelecida.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CASCABEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE LEIS, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Parecer da Comissão de Leis, Justiça e Redação a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2024 de 15 de abril de 2024; protocolado nesta Casa com o nº 233/2024, às 12:00 horas no dia 15.04.24, oriundo do Poder Executivo; que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Aos 24 dias do mês de junho de 2025, estiveram reunidos os membros da Comissão de Leis, Justiça e Redação, sob a Presidência do Nobre Vereador Flávio Guilherme Freire Nojosa, para analisar a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2025, tendo sido designado como Relator o Nobre Vereador José Freitas dos Santos.

**VOTO DO RELATOR**

O Relator após analisar a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2024 do Poder Executivo, concedeu o Parecer Favorável pelos seguintes motivos:

1. O projeto de lei de diretrizes Orçamentárias ora analisado, visa definir as regras e os compromissos que elaborarão a execução da Lei Orçamentária anual, para o exercício financeiro de 2026, sendo estruturado de modo a conter disposições acerca das metas e das prioridades da administração Municipal, a serem realizadas partindo-se de uma metodologia lastreada em princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000.
2. Traça as metas e a programação orçamentária para o referido exercício, atendendo aos preceitos normativos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal, artigo 203, § 2º da Constituição do Estado do Ceará, o artigo 165, inciso II, § 2º da Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal 4.320/64;
3. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi enfática ao exigir dois anexos à LDO, sendo o ANEXO DE METAS FISCAIS, e o ANEXO DE RISCOS FISCAIS. Ambos são instrumentos necessários para a boa execução orçamentária, e indispensáveis para articulação entre as demais peças orçamentárias (Plano Plurianual e Lei Orçamentária) sem os quais a matéria resta prejudicada para uma efetiva deliberação.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**

4. Neste contexto, o projeto de lei em análise atende aos requisitos elencados no artigo 4º da citada Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, dispondo satisfatoriamente acerca do equilíbrio entre receitas e despesas públicas; dos critérios para limitação de empenho e endividamento; do controle de custos; da avaliação de programas, dentre outros elementos elencados pela Lei federal como de observância obrigatória.
5. Tendo como base o artigo 23, inc. III da Lei Orgânica Municipal de Cascavel e art. 36, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel-CE., o relator opina pela legalidade e constitucionalidade da presente da Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2024.
6. **Vota pela aprovação.**  
É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Cascavel, aos 24 dias do mês de junho de 2025.

José Freitas dos Santos  
Relator

**PARECER DA COMISSÃO DE LEIS, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Leis, Justiça e Redação em Sessão de 24 de junho de 2025, optou por acatar o Parecer do Relator, consequentemente, vota pela constitucionalidade da Mensagem e Projeto de Lei do Poder Executivo nº 046/2025 de 15 de abril de 2025.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Cascavel, aos 24 dias do mês de junho de 2025.

Flávio Guilherme Freire Nojosa  
Presidente

José Freitas dos Santos  
Relator

Antônio Vanderval de Araújo Júnior  
Membro



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2024 de 15 de abril de 2024; protocolado nesta Casa com o nº 233/2024, às 12:00 horas no dia 15.04.24, oriundo do Poder Executivo; que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Aos 24 dias do mês de junho de 2025, estiveram reunidos os membros da Comissão de Orçamento e Finanças, sob a Presidência do Nobre Vereador Vinícius Almeida Olinda Fernandes, para analisar a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2025, tendo sido designado como Relator o Nobre Vereador Erimar Inocêncio de Moraes.

**VOTO DO RELATOR**

O Relator após analisar a Mensagem e Projeto de Lei Nº 046/2025 do Poder Executivo, concedeu o Parecer Favorável pelos seguintes motivos:

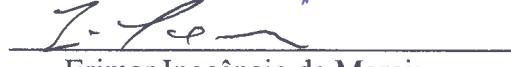
1. O referido projeto trata da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária do Município para o exercício de 2026;
2. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos.
3. Na LDO Municipal devem conter, entre outros tópicos, a previsão de despesas referentes ao plano de carreiras, cargos e salários dos servidores, o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos e as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. Pode-se dizer que a LDO serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA.
4. O Projeto de Lei atende aos preceitos contidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual delinea sobre as prioridades da administração Municipal, da organização e estrutura dos orçamentos, das diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações, da receita pública, e das disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e todas as exigências da Lei Federal 4.320/64;



**PODER LÈGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CASCABEL**  
**ESTADO DO CEARÁ**

5. Pela sua análise encontra-se compatível com a realidade do nosso município, capaz de possibilitar ao administrador municipal uma profícua e eficaz administração.
6. Com base no artigo 61, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, artigo 37, inciso I, alínea “b” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel e sendo considerado Constitucional pela Comissão de Leis, Justiça e Redação, voto pela aprovação da **Mensagem e Projeto de Lei nº 046/2025**.
7. É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Cascavel, aos 24 dias do mês de junho de 2025.

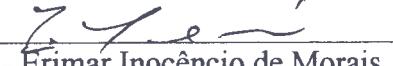
  
Erimar Inocêncio de Moraes  
Relator

**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

A Comissão de Orçamento e Finanças em Sessão de 24 de junho de 2025, optou por acatar o Parecer do Relator, consequentemente, vota pela aprovação da Mensagem e Projeto de Lei do Poder Executivo nº 046/2025 de 15 de abril de 2025.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Cascavel, aos 24 dias do mês de junho de 2025.

  
Vinícius Almeida Olinda Fernandes  
Presidente

  
Erimar Inocêncio de Moraes  
Relator

  
Tiago Santos Rocha  
Membro